

## Os silêncios da grande imprensa Os aspectos da notícia que estão fora do noticiário<sup>1</sup>

Luciano Somenzari<sup>2</sup>  
Universidade de São Paulo, SP.

### Resumo

A censura continua atuante, envolve aspectos pouco estudados e outros analisados à exaustão. Este artigo pretende abordar os principais pontos relativos à censura relacionando-os aos “silêncios” presentes na cobertura jornalística da grande imprensa no Brasil. Silêncios assim denominados por configurar ausências, omissões, escamoteamentos, dissimulações, deliberados ou não, de fatos ou contextos fundamentais para a melhor compreensão de determinada notícia veiculada. Serão tratados também alguns aspectos históricos relacionados à liberdade de expressão até a Constituição de 1988. O que se verifica no noticiário é o predomínio do interesse privado, sobretudo dos grandes grupos econômicos, em detrimento do interesse público, este como valor fundamental em uma sociedade democrática, sobre a qual, aliás, o papel da imprensa deveria se debruçar e fazer jus à máxima do “quarto poder”.

### Palavras-chave

Liberdade de Expressão; Controle da mídia; Censura; Silêncios; Cobertura da imprensa.

### O passado e o presente

As pesquisas que analisam as variadas formas de censura existentes no decorrer da história no Brasil e no mundo nos ajudam a entender que em pleno século 21 as restrições a ideias e o controle da circulação de informações ainda persistem, por vezes, de maneira aparentemente sutil, mas igualmente perniciosa, sem que, no entanto, sejam denominadas “censura”.

Em maio de 1933, na Alemanha, a juventude nazista incendiou cerca de 20.000 livros em frente da Universidade de Berlim, transformando em cinzas obras de autores como Karl Marx, Sigmund Freud, Maximo Gorki, Marcel Proust, Albert Einsten, Thomas Mann, Jack London, H.G. Wells entre outros clássicos de importância capital para a Humanidade. O poeta alemão Heinrich Heine, por sinal um dos “queimados” na grande fogueira nazista, havia dito mais de cem anos antes que “onde quer que se queimem livros, vão acabar por queimar pessoas” (PETLEY, 2007, p.3).

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação, Mídias e Liberdade de Expressão, XVI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestrando do curso de Ciências da Comunicação da ECA-USP, email: [somenzari@usp.br](mailto:somenzari@usp.br)

Na Alemanha de ontem, a censura agia com absoluta falta de sutileza com obras da literatura e do pensamento mundial. Aos olhos de hoje tal comportamento parece figurar exótico, pertencente apenas a um passado distante da grande maioria dos países ocidentais. Na América Latina e no Brasil deste século, porém, pessoas são mortas ainda por conta de censura, mesmo que a denominação da mídia não utilize esse termo. A violência contra jornalistas, como maneira de acabar com notícias indesejadas, continua praxe em muitos lugares. No relatório anual divulgado pela organização *Repórteres Sem Fronteiras*, em dezembro de 2015, mais de 100 jornalistas perderam suas vidas naquele ano. Destes, 76 morreram no exercício de sua profissão, e outros 43, em circunstâncias não esclarecidas. No Brasil, a *Repórteres Sem Fronteiras* contabilizou sete assassinatos de jornalistas em 2015. O país está atualmente na 99ª posição no índice de liberdade de imprensa da ONG, que avalia as condições de trabalho em 180 nações, observando critérios como pluralismo, independência e o respeito pela segurança dos profissionais<sup>3</sup>.

Em relatório de 2014, a organização apontava o Brasil como o terceiro país com mais assassinatos de jornalistas na América Latina. Foram 38 mortes entre 2000 e 2014. O México liderava, com 81 assassinatos, depois vinha Colômbia, com 56. Honduras aparecia em quarto lugar, com 27 mortes. Os motivos são diversos e vão desde críticas a políticos corruptos até denúncias contra carteis do narcotráfico<sup>4</sup>.

Sergio Mattos (2012) levanta outra questão muito importante quanto à produção jornalística nos tempos atuais: a autocensura, pois o jornalista sofre pressões de todos os matizes, desde a do proprietário do jornal até os recursos impetrados na Justiça como forma de intimidação.

O que não podemos perder é a noção de que a censura também pode ser motivada indiretamente. Pode induzir à autocensura, estimulando um sentimento de compromisso político, por exemplo, que gera o medo de contar a verdade (...) estamos testemunhando o surgimento de uma nova forma de censura, de aspecto hipócrita, que, sem contar com a repressão policial, envolve todos os tipos de pressões e constrangimento possíveis, além de condenações e prisões de jornalistas em todo mundo (COSTA, 2012).

---

<sup>3</sup> Luis Nassif On Line. *Repórteres sem Fronteiras aponta mais de 100 mortes de jornalistas neste ano*. Disponível em < <http://jornalggn.com.br/noticia/reporteres-sem-fronteiras-aponta-mais-de-100-mortes-de-jornalistas-neste-ano>>. Acesso em 11 de jul. de 2016. Reproduzido da Deutsche Welle.

<sup>4</sup> Carta Capital. *América Latina: território perigoso para jornalistas*. Disponível em <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/america-latina-territorio-perigoso-para-jornalistas-8977.html>>. Acesso em 11 de jul. de 2016. Reproduzido da Deutsche Welle.

Historicamente, o Brasil sempre foi submetido à censura, ora exercida pela Igreja Católica e pela Coroa, sobretudo no período Colonial, ora pelos aparatos do Estado, maquiavelmente profissionalizados na era getulista do Estado Novo (1937-1945) e recrudescidos com dura repressão no regime civil-militar (1964-1985).

Autores, atores, diretores, produtores, jornalistas e demais profissionais da comunicação foram alvo de prisão, morte, perseguição, exílio e toda forma de violência. Completando quase cinco séculos de existência de controle, fiscalização e censura da produção simbólica por parte do poder estabelecido em diferentes épocas, o abuso do poder chega a colocar em risco a própria sobrevivência da arte e da cultura nacionais (COSTA, 2013, p. 48).

Formalmente a censura oficial deixou de existir depois da promulgação da Constituição de 1988, embora a sanha da tesoura ainda perdurasse no governo civil de José Sarney (1985-1990) a ponto de se envolver em episódios como a proibição da exibição no Brasil do filme francês *Je Vous Salue Marie*, de Jean-Luc Godard, logo depois de seu lançamento, em 1985. Estado, parte da sociedade civil organizada e Igreja Católica ainda insuflavam o último balão de oxigênio do aparato censório de Brasília, cuja estrutura, e principalmente a função de censor no quadro do serviço público, ainda não haviam sido desmantelados.

Mas como bem descreve Beatriz Kushnir (2001), a sobrevivência da censura oficial tinha, como sempre teve, o apoio velado de boa parte da população; ou o apoio escancarado, conforme as circunstâncias de época, de grupos civis organizados em torno da própria Igreja, ou de entidades como a Liga das Senhoras de Santana<sup>5</sup>, sempre atuantes contra conteúdos televisivos que atentavam contra a “moral e os bons costumes”.

### **Liberdade de imprensa**

De 1988 para cá, a liberdade de imprensa ganhou contornos maiúsculos, inéditos na história do país, e a figura do censor ocupando um gabinete qualquer em Brasília ou algures foi se tornando um vulto pálido no imaginário popular. Vez ou outra o tema liberdade de imprensa é retomado por aqueles que o usam como argumento histriônico em discussões contra formas de regulamentação da mídia, assunto que parece incomodar muito os grandes

---

<sup>5</sup> A Liga das Senhoras de Santana foi um grupo de mulheres de classe média alta muito atuante no início da década de 80 criada para protestar contra programas de TV que abordavam temas ligados à sexualidade, como a “TV Mulher”, da Rede Globo. Um dos quadros do programa apresentado pela sexóloga, e hoje política, Marta Suplicy, falava abertamente sobre sexo em horário matinal, iniciativa inédita e ousada para a televisão brasileira. Elas chegaram a reunir mais de 100 mil assinaturas contra o que consideravam “pornografia” e as levaram para o então ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, que as teria convidado para discutirem critérios de censura. Com o tempo, a Liga das Senhoras teve sua imagem desgastada pela má fama que conquistou graças, inclusive, pelo modo que era retratada por boa parte da imprensa.

barões da imprensa nacional e, por conseguinte, seus porta-vozes “colunistas” e “comentaristas” com espaços privilegiados nos grandes meios de comunicação. Essa tal liberdade de imprensa vira manchete de jornal toda vez que alguma autoridade governamental ou integrante de movimentos sociais aventam a ideia de discutir a aprovação de leis, como a do Audiovisual e a criação da Ancinav<sup>6</sup>, ou quando convocou a Confecom<sup>7</sup>, por exemplo .

Sem as antigas intervenções estatais determinando o que se deve ou não ler, ouvir ou assistir, voltou a ganhar força nos debates sobre a liberdade de imprensa por parte dos grandes meios de comunicação as concepções liberais apregoadas há séculos por Thomas Jefferson, John Stuart Mill ou Thomas Paine, arautos na defesa da liberdade de imprensa como antídoto contra a vilania de governos autoritários.

Na prática, porém, o que se constata nos grandes grupos de mídia nacional é a “liberdade do proprietário” que enquadra a notícia (um bem público e fundamental em uma democracia) nas regras de mercado. Sobre esse ponto, Petley sintetiza seu raciocínio dizendo que a “competição de mercado produz censura de mercado. Propriedade privada da mídia produz capricho privado” (PETLEY, 2017, p. 24). Ou seja, aqueles que controlam a produção e distribuição de informações determinam que produtos como livros, jornais, revistas, programas de TV, software etc serão produzidos em massa e, assim, quais as opiniões que farão parte desse tipo de mercado.

No campo da produção simbólica, assistimos, portanto, o exercício da “censura mercadológica”, assim classificada por Cristina Costa, Mayra Rodrigues Gomes e Roseli

---

<sup>6</sup> O anteprojeto de lei que visava criar a Ancinav (Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual) pretendia incentivar o setor, o que incluía a televisão, além do cinema e de outras formas audiovisuais, sendo capaz de regular, fiscalizar, além de fomentar toda sua cadeia produtiva e de distribuição, pretendendo estimular a ampliação do parque exibidor. A proposta foi apresentada no primeiro governo Lula (2003-2006) pelo então ministro Gilberto Gil. O objetivo era claro: descentralizar a produção audiovisual do eixo Rio-São Paulo e ampliar as ofertas, fortalecendo a diversidade cultural. A Ancinav foi muito atacada pelos partidos de oposição, pela Rede Globo e pelas distribuidoras estrangeiras de filmes, que não queriam ser taxadas nem reguladas. As Organizações Globo investiram em propagandas transmitidas em seus canais afirmando aos espectadores que o governo estaria tentando controlar o que eles assistiam. Também contou com apoio de parte da mídia impressa, que acusava a proposta de autoritária e de controladora da liberdade de expressão. Essa repercussão negativa, somada à sua influência no Congresso Nacional, foram os motivos que resultaram no engavetamento do anteprojeto no final de 2006.

<sup>7</sup> A 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom) foi realizada em dezembro de 2009 em Brasília, com delegados de estados e municípios de todo o país. Foi convocada pelo Governo Federal e contou com a participação de representantes do poder público, da sociedade civil e dos empresários (sem, contudo, a presença de nenhuma grande emissora de TV, exceto a Bandeirantes). O objetivo geral da Conferência foi a elaboração de propostas orientadoras para a formulação da Política Nacional de Comunicação. A apresentação das sugestões, bem como a organização dos resultados, foi balizada por três eixos temáticos: Produção de Conteúdo; Meios de Distribuição; e Cidadania: Direitos e Deveres. Infelizmente os resultados da Confecom não foram encaminhados para posterior aprovação nem pelo próprio Governo Federal.

Figaro (2006): “aquela exercida pelo mercado quando, através de critérios ligados ao lucro e à rentabilidade do negócio, agentes privados procuram controlar a produção artística, exercendo um poder de julgamento, avaliação e seleção de obras”.

Não por acaso, essa maneira de lidar com os bens simbólicos coincide com o período do atual estágio do capitalismo em que é patente o enfraquecimento dos Estados Nacionais em detrimento do predomínio mundial dos interesses dos grandes conglomerados empresariais. Pela lógica do sistema financeiro internacional, a reprodução do capital é feita multiplicando-se a renda sem que haja relação com a economia real, na produção e no financiamento de bens e serviços, por exemplo. Em outras palavras, vivemos em um sistema que funciona como um grande cassino, onde a especulação praticamente desregulamentada permite que dinheiro produza dinheiro em transações financeiras sofisticadas com a participação de pouquíssimos protagonistas auferindo lucros bilionários.

O conteúdo do noticiário da grande imprensa, no Brasil e no mundo, reflete os interesses desse grande capital, pois a mídia é fundamentalmente parte integrante desse sistema, uma vez que está ligada direta ou indiretamente aos grandes conglomerados econômicos. No caso brasileiro, o exemplo mais notório é o das Organizações Globo, da família Marinho, proprietárias de dezenas de emissoras de TV, jornais, revistas, rádios e sites noticiosos. No âmbito internacional, a *News Corporation*, de Rupert Murdoch, é um império que começou na Austrália e se estendeu para os EUA, Inglaterra, além de locais como Papua Nova Guiné e Tasmânia, comprando centenas de jornais, canais de TV e até a produtora de cinema *20th Century Fox Film Corporation*.

Voltando ao caso brasileiro, os veículos de comunicação tradicionais (jornal, rádio e TV) vêm passando por profundas transformações em razão dos impactos causados pelas novas tecnologias da informação (NTI), com consequente perda acentuada de audiência nos últimos anos. Em relatório divulgado em maio de 2015, a Associação Nacional de Jornais (ANJ) informa que em 2014 “as edições impressas dos jornais brasileiros não mantiveram a tendência de crescimento da circulação média paga diária registrada ao longo de quase toda a década anterior”. O relatório aponta uma queda de 7,6% nas vendas avulsas de exemplares em relação a 2013 (4.393.434 em 2013 para 4.392.567, em 2014). Contudo, no mesmo período, as edições digitais mais que dobraram, pois registraram uma expansão de 118% (500.370), ante 228.944 no ano anterior<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Associação Nacional de Jornais. *Relatórios*. Disponível em: <http://www.anj.org.br/relatorios-2/>. Acesso em 12 jul. 2016.

Mais recentemente, em seu blog no site UOL, o jornalista Fernando Rodrigues divulgou números obtidos a partir de documentos internos do governo federal na gestão da presidenta afastada Dilma Rousseff sobre gastos com publicidade oficial. O curioso, contudo, é que entre as planilhas de informações publicadas sobre os investimentos aparecem também a forte queda das tiragens dos principais jornais do País nos últimos anos (Folha, O Globo e Estadão). Em 2013, a Folha tinha circulação média diária de 238.881 exemplares. Em 2015, registrou 189.263 exemplares, ou seja, uma queda de mais de 21% em três anos (os dados de 2016 vão até abril e o registro continua desanimador, com 166.366 de circulação diária). As quedas também acompanharam os outros jornais: O Globo, de 228.167, em 2013, para 193.945, em 2015; Estadão, 188.809, em 2013, para 157.761, em 2015<sup>9</sup>.

Se formos para o meio televisivo e comparar a audiência do Jornal Nacional, da Rede Globo, que por décadas liderou com folga a atenção dos brasileiros no noticiário em horário nobre da TV, constataremos uma realidade bem diferente da registrada nas décadas de 1970 e 1980, quando o JN mantinha uma média de 80% da audiência nacional para o horário. Hoje, o mesmo telejornal atinge 27% de audiência e figura apenas no quinto lugar na lista dos programas mais vistos na própria Globo. Esses dados foram publicados no suplemento "TV Show", do jornal Diário Catarinense, do grupo RBS, afiliada da Rede Globo, em 24/2/2013. Nas planilhas publicadas no blog de Fernando Rodrigues, a audiência da Globo, na média nacional, caiu, por exemplo, de 17 pontos em 2000 para 12, em 2015<sup>10</sup>.

No Brasil, a reação das empresas de comunicação a essas mudanças tem impactado fortemente o conteúdo do noticiário apresentado, em que se sobressai abordagens conservadoras, sobretudo em assuntos ligados à economia, a movimentos sociais, à política e à cultura. Isso se torna mais evidente à medida que as empresas sucumbem diante de graves problemas financeiros, procurando, ao mesmo tempo, conter investimentos e se aliar a gigantescos grupos empresariais, bem como a políticos representantes do grande capital.

Em que pese a ocorrência da crise financeira e de conteúdo é importante afirmar que historicamente tais empresas exercem no Brasil um verdadeiro oligopólio na comunicação, uma vez que os principais veículos estão concentrados nas mãos de uma dezena de famílias, proprietárias de TVs, rádios, jornais e revistas.

---

<sup>9</sup> Fernando Rodrigues. *Governo cortou R\$ 206 milhões em publicidade da TV Globo em 2015*. Disponível em <<http://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2016/07/06/governo-cortou-r-206-milhoes-em-publicidade-da-tv-globo-em-2015/>>. Acesso em 11 de jul. 2016.

<sup>10</sup> Infelizmente não há mais indicações de referências na tabela quanto a esses valores, nem qual o instituto que fez a coleta de dados e a metodologia utilizada.

De acordo com outro relatório do *Repórteres Sem Fronteiras*, de janeiro de 2013, “o Brasil apresenta um nível de concentração midiática que contrasta fortemente com o potencial de seu território e a extrema diversidade de sua sociedade civil”. Ainda segundo o relatório, dez grandes grupos econômicos dividem entre si o mercado da comunicação de massas. No audiovisual são eles o grupo Globo, da família Marinho, o SBT, do grupo Sílvio Santos, a Rede Bandeirantes, do grupo Saad e a Record, do bispo neopentecostal Edir Macedo. Na imprensa escrita, além do grupo Globo novamente, concentram o mercado os grupos Folha de S. Paulo (família Frias Filho) e O Estado de S. Paulo (família Mesquita). No segmento das revistas, dominam a Editora Abril e seu semanário *Veja* (família Civita)<sup>11</sup>.

Diante desse quadro, do ponto de vista das coberturas jornalísticas, é perceptível a existência de um “discurso único” para certos temas de relevância nacional veiculados diariamente por esses veículos, sem espaços ao contraditório. A abordagem desses temas, geralmente ligados à economia (controle da inflação, tributação, investimentos em infraestrutura, pagamento da dívida pública etc.) ou à política (corrupção, reformas de Estado, atos do poder Executivo, negociações no Legislativo etc) sempre se dá com forte viés conservador e ideologicamente afinado à visão de mundo das classes sociais mais privilegiadas. Trata-se de um discurso em que não se admite nada que vá de encontro ao ideário neoliberal e à tão propalada eficiência do mercado e do lucro.

Assim, cotidianamente nas reportagens desses veículos os verdadeiros males do país se concentram no Estado brasileiro considerado “corrupto”, “inchado”, “ineficiente”, “perdulário” etc. É curioso ainda observar o paradoxo forjado pela conduta desses grandes conglomerados de mídia que usam a liberdade de imprensa para tolher a liberdade de expressão de pessoas e grupos que se manifestam contrários aos seus interesses, sejam econômicos, ideológicos ou políticos. Toda vez que uma voz crítica na sociedade defende a “regulação da mídia” ou o estabelecimento de um novo marco regulatório para o setor (uma vez que a legislação sobre essa matéria remonta ao início da década de 60 do século passado), a reação dos grandes grupos, vocalizada pelos seus jornalistas nas suas respectivas colunas e espaços de “análise”, é sempre a mesma: “regulação significa volta à censura”.

Ironicamente, a mesma “censura”, da qual os grandes veículos de comunicação dizem que temem pela volta, é usada sem nenhum pudor, pela via judicial, a fim de sufocar a liberdade de expressão. O caso mais notório é o da Folha de S. Paulo que em setembro de

---

<sup>11</sup> INTERVOZES. *ONG denuncia concentração de mídia e falta de liberdade de imprensa no Brasil*. Disponível em: < <http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=27361> >. Acesso em 12 de jul. 2016.

2010 tirou do ar o blog *Falha de S. Paulo*, por meio de uma liminar alegando “uso indevido da marca”. O blog, produzidos pelos irmãos Lino e Mário Ito Bocchini, jornalista e programador/designer, respectivamente, resolveu criticar o jornal de forma criativa e humorada questionando seus alegados “apartidatismo” e “imparcialidade”, quando “até os próprios jornalistas que lá trabalham sabem que não é verdade”<sup>12</sup>.

Sem nada para substituir a Lei de Imprensa, revogada pelo Supremo Tribunal Federal, em 2009, ou outro tipo de instrumento institucional para regular os excessos de coberturas jornalísticas, cuja busca de isenção e pluralidade foram absolutamente deixadas de lado, tem-se um quadro lastimável em que boa parte do exercício jornalístico é utilizada pela grande mídia para disseminar opiniões e ataques na forma de “reportagens”. Desse modo, indícios ou simples suposições de irregularidades se transformam em “escândalos”, não raro condenando por antecipação e destruindo a imagem pública de pessoas ou instituições sem que tenham quase nenhuma chance de defesa. O jornalista Luis Nassif costuma usar a expressão “assassinato de reputação” quando um ou mais veículos da grande imprensa usam seu imenso poder de repercussão para atacar políticos, empresários, movimentos e organizações sociais que ousam se manifestar diferentemente do que é apregoado pela grande imprensa.

Sobre essa questão, Valério Cruz Britto ressalta:

Se tivéssemos uma sociedade perfeita, onde todos os sujeitos midiáticos tivessem a mesma força, aí talvez fosse possível pensar a desnecessidade de algum tipo de controle. Mas como nem todos os atores sociais midiáticos têm o mesmo tipo de força (...) o mercado acaba dominando cada vez mais a própria regulamentação (COSTA, 2012, p. 302).

### **Os “silêncios” da imprensa como censura**

A partir desse tipo de cobertura da imprensa a respeito de determinados assuntos, pode-se identificar ainda aspectos do noticiário que, deliberadamente ou involuntariamente, são omitidos apesar de ser parte fundamental e integrante da notícia veiculada. Aspectos ausentes desses noticiários ou ainda apresentados com baixíssima exposição quando comparados ao que é veiculado. Trata-se de informações que possuem ampla relevância para a sociedade, mas ficam de fora do “discurso único” e constituem os “silêncios” da grande imprensa tradicional.

---

<sup>12</sup> Desculpe a Nossa Falha. *Um site sobre a censura da Folha à Falha*. Disponível em: <<http://desculpeanossafalha.com.br/entenda-o-caso/>>. Acesso em 12 jul. 2016.



As omissões, lacunas, hiatos e outras formas de “silêncios” em diversas narrativas não ficcionais possuem vários paralelos, sobretudo na História das Civilizações. A Revolução Haitiana, comandada pelos negros, no final do século XVIII, o massacre do povo armênio pelos turcos, na Primeira Guerra Mundial, a Revolta da Chibata no Brasil, liderada pelo marinheiro negro João Cândido, em 1910, e tantos outros fatos que, de tão pouco divulgados, tornaram-se “silêncios” na historiografia oficial evidenciando como a censura age de variadas formas. Pode se tratar de uma espécie de “esquecimento voluntário” ligado à memória coletiva de um povo como uma forma de recalque, dado o sofrimento a que foi submetido, por exemplo, como afirma Claude Lefourt (1993), ou ao próprio processo de construção da narrativa histórica, como aponta Michel de Certeau (1982), em que os registros historiográficos ocorreram a partir da ótica do historiador, ou seja, pela sua visão de mundo, pelo seu background particular, o que significa fundamentalmente que a história relatada nos livros trata tão somente de apenas uma ou algumas facetas possíveis dos acontecimentos ocorridos no passado.

No Brasil deste século, os noticiários sobre Economia e Política, por exemplo, são recheados de “silêncios”. Enquanto centenas de manchetes denunciam a corrupção nas mais diversas esferas do poder, considerada pela opinião pública de modo geral como o maior problema do Estado brasileiro<sup>13</sup> pela quantidade de recursos que são desviados, outros problemas ainda mais graves como a “sonegação de impostos” ou o “pagamento da dívida pública” recebem tratamentos bem mais discretos, quando não, ignorados. Senão, vejamos:

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) em estudo que avaliou a percepção da corrupção no país estima que são desviadas entre 1,3% e 2% do Produto Interno Bruto (PIB) em práticas ilícitas nos negócios subterrâneos com o poder público. Isso equivale entre R\$ 60 bilhões e R\$ 100 bilhões aproximadamente, em que pese a quase impossibilidade de se medir esse tipo de prática. Assim como os da Fiesp, há números para todos os gostos divulgados aqui e ali. Podemos ficar, contudo, com a cifra dos R\$ 100 bilhões, que aparece como umas dos maiores quando a imprensa trata do assunto. Não há dúvida de que a corrupção causa muito prejuízo à Nação e também não há dúvida de que é preciso combatê-la usando meios de inteligência eficazes, considerando, inclusive, que a malversação do dinheiro público não começou agora. Em *História Econômica do Brasil*,

---

<sup>13</sup> MENDONÇA, Ricardo. *Pela 1ª vez, corrupção é vista como maior problema do país, diz Datafolha*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/11/1712475-pela-1-vez-corrupcao-e-vista-como-maior-problema-do-pais.shtml> Acesso em: 10 de jul. 2016.

Caio Prado Júnior já apontava a criatividade dos portugueses colonizadores do Brasil nos desvios de dinheiro em prejuízo da Coroa, tradição que se manteve no Império e permaneceu na República.

Também vem de priscas eras a mania de sonegar impostos, e neste quesito as empresas brasileiras possuem *know-how* invejável. O Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz) aponta em estudo elaborado pela entidade que os cofres públicos deixam de arrecadar mais de R\$ 415 bilhões (dados de 2013) por causa da sonegação de tributos.

Pelos números do Sinprofaz, a sonegação fiscal “dá de quatro a um” na corrupção, R\$ 415 bilhões contra R\$ 100 bilhões, e o fato de serem números estimados não esconde o tamanho e a devida comparação entre os problemas.

Mas as cifras que ultrapassam qualquer limite de comparação se referem a quanto o país gasta no pagamento da dívida pública. Pelo projeto de Lei Orçamentária para 2015, enviado pelo Executivo ao Congresso Nacional, das despesas totais de R\$ 2,8 trilhões, nada menos que R\$ 1,3 trilhão (47% do Orçamento da União) destina-se ao pagamento de juros e amortização da dívida. Isso é 13 vezes mais do que se destina à Saúde ou à Educação. É importante ressaltar que essa cifra “trilionária” vai para as mãos de apenas um punhado de instituições financeiras nacionais credoras com fortes vínculos com o sistema financeiro internacional, responsáveis inclusive pela crise mundial de 2008 que levou de roldão países como Grécia, Espanha, Portugal e Irlanda.

Em 2010 a Câmara dos Deputados concluiu a CPI da Dívida Pública e apontou “uma série de indícios de ilegalidades: anatocismo (juros sobre juros), contabilização irregular de parte dos juros como se fossem amortizações, conflito de interesses na definição das taxas de juros, sucessivos danos ao patrimônio público nas operações de mercado aberto e burla à Constituição Federal”<sup>14</sup>.

Pois bem, tanto “sonegação de tributos” quanto “pagamento da dívida pública” são assuntos que na maior parte da cobertura da imprensa ficam fora do noticiário.

Assim como o caso da “corrupção”, diversos outros assuntos são deliberadamente escamoteados do noticiário e perfeitamente identificáveis dentro de seus contextos socioeconômicos, políticos ou culturais. Ao promover “zonas de silêncio” na cobertura

---

<sup>14</sup> Informativo da Auditoria Cidadã da Dívida. *CPI da dívida pública*. Disponível em: <<http://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2012/08/Informativo-janeiro-2012.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

jornalística de fatos de interesse público, os meios de comunicação deixam de cumprir seu papel de informar. Mais do que isso, procuram conduzir o debate a um diapasão monocórdio, na maioria das vezes, como se fossem o demiurgo da sociedade, ditando o que se deve ou não deve saber.

No jornalismo devemos considerar que os discursos que recheiam essas questões sustentam ou engendram práticas que são próprias de uma sociedade onde há constantes conflitos de interesses, sobretudo os de classe, como bem destaca Michel Foucault em suas obras *História da Loucura, As Palavras e as Coisas* e *Arqueologia do Saber*. Trata-se, portanto, de um assunto que vale a pena ser mais bem explorado à luz das teorias em análise do discurso, do capital simbólico, em Pierre Bourdieu, e ainda os estudos denominados “Espirais do Silêncio”, da pesquisadora alemã Elisabeth Noelle-Neuman, segundo os quais, os *mass media* realizam intervenções deliberadas expondo ou “escondendo” determinados assuntos, a fim de conduzir a opinião pública para o debate ou para a falta dele. Por outro lado, o público tende a “silenciar” a respeito de temas pouco abordados muitas vezes por receio de ir “contra a corrente” da maioria ou evitar ficar “à margem” de discussões que não estão na pauta da grande imprensa.

### **Considerações Finais**

A censura sempre esteve ligada ao exercício do poder, seja ele religioso, governamental ou de mercado. O fato é que a ideologia dominante nunca deixou de abrir mão desse instrumento tão antigo quanto às formas de se expressar do Homem. Identificar as diversas máscaras com as quais a censura opera na sociedade da informação e de mercado torna-se tarefa fundamental para ajudar a assegurar, na medida do possível, não apenas a liberdade de expressão, de inconstantes aparições na história da civilização, mas para instrumentalizar as pessoas a terem as mínimas condições de exercitar sua cidadania. E isso só é possível na medida em que haja acesso a informações, ideias, pensamentos, opiniões e fatos contados a partir de diversos ângulos.

Os “silêncios” na grande imprensa é uma das principais máscaras da censura, atualmente. Máscara que só é possível vestir em um ambiente de restrição a vozes diferentes e discordantes, vozes que não conseguem furar o bloqueio massificado operado pelos grandes conglomerados de mídia e seu “discurso único”. Quantos silêncios poderíamos identificar nas entrelinhas dos relatos de fatos repetidos *ad nauseam*? Ocupação das escolas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul; racionamento de

água; “escândalo” na Petrobrás; ataques do Estado Islâmico; fluxos de imigrantes para a Europa etc. Sem dúvida, um bom objeto de pesquisa a ser explorado.

### Referências bibliográficas

CERTAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

COSTA, Maria C.; GOMES, Maria R.; FIGARO, Roseli. **Em cena a censura**. Mesa temática apresentada ao Multicom – Colóquios Multitemáticos em Comunicação – XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Brasília – 2006.

COSTA, Maria Cristina Castilho (org.). **Seminários sobre Censura. Núcleo de Pesquisa em Comunicação e Censura**. 1ªed. – São Paulo: Balão Editorial/FAPESP. 2012.

\_\_\_\_\_. (org.). **Seminários sobre Censura. Núcleo de Pesquisa em Comunicação e Censura**. 1ªed. – São Paulo: Balão Editorial/FAPESP. 2012 (TÁ REPETIDO)

\_\_\_\_\_. **Liberdade de expressão: como lutar por ela**. Revista Comunicação & Educação, Ano XVIII, número 2, jul/dez 2013.

\_\_\_\_\_. **Diálogos sobre censura e liberdade de expressão: Brasil e Portugal**. São Paulo: ECA-USP, 2014.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI 5 à Constituição de 1988**. Tese de Doutorado. Campinas. 2001.

LEFORT, Claude. **A invenção democrática**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

NEUMAN, Elisabeth, **La Espiral del Silencio. Opinión Publica: nuestra peil social**, Paidós, Barcelona, 1995.

PETLEY, Julian. **Censoring the word**. London: Seagull Books, 2007.

### Periódicos on line

Associação Nacional de Jornais. **Relatórios**. Disponível em: <http://www.anj.org.br/relatorios-2/>.

Carta Capital. **América Latina: território perigoso para jornalistas**. Disponível em <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/america-latina-territorio-perigoso-para-jornalistas-8977.html>>.

Desculpe a Nossa Falha. **Um site sobre a censura da Folha à Falha**. Disponível em: <<http://desculpeanossafalha.com.br/entenda-o-caso/>>

Folha de S. Paulo. MENDONÇA, Ricardo. **Pela 1ª vez, corrupção é vista como maior problema do país, diz Datafolha**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/11/1712475-pela-1-vez-corrupcao-e-vista-como-maior-problema-do-pais.shtml>>.

UOL. RODRIGUES, Fernando. **Governo cortou R\$ 206 milhões em publicidade da TV Globo em 2015**. Disponível em <<http://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2016/07/06/governo-cortou-r-206-milhoes-em-publicidade-da-tv-globo-em-2015/>>.

**INTERVOZES. ONG denuncia concentração de mídia e falta de liberdade de imprensa no Brasil.** Disponível em: <<http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=27361>>.

Informativo da Auditoria Cidadã da Dívida. **CPI da dívida pública.** Disponível em:<<http://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2012/08/Informativo-janeiro-2012.pdf>>.

Luis Nassif On Line. **Repórteres sem Fronteiras aponta mais de 100 mortes de jornalistas neste ano.** Disponível em < <http://jornalggn.com.br/noticia/reporteres-sem-fronteiras-aponta-mais-de-100-mortes-de-jornalistas-neste-ano>>